

Dinheiro e sociedade (Teofrasto, *Caracteres*)

MARIA DE FÁTIMA SILVA

Universidade de Coimbra

Atraentes e controversos ao mesmo tempo, os *Caracteres* de Teofrasto são reconhecidamente um texto isolado a exigir interligações com outros modelos convencionais na literatura grega. A produção ética da escola de Aristóteles, atenta à definição e caracterização de vícios e de virtudes e ao estabelecimento de tipos humanos, impõe-se como uma remissão óbvia. Mas nem o tom doutrinário e científico nem o sentido moralista desta literatura se ajusta à natureza concreta ou ao tom irónico que predomina nos *Caracteres*. A comédia, antiga e nova, surgiu como outra remissão possível, pelo seu gosto de desenhar figuras activas, colhidas da vida real e participantes em episódios que retratam a experiência do quotidiano. Partilhando com a comédia antiga algo da sua preferência pelo mundo do colectivo, político e social, o texto de Teofrasto adopta da comédia sua contemporânea, a nova, uma tonalidade mais individual e psicológica. Sem ser propriamente dramática, a expressão dos *Caracteres* muito tem em comum já com algumas personagens de Aristófanes, mas sobretudo com o quadro que Menandro traçou da sociedade a que destinava a sua produção, a Atenas do séc. IV a. C. Como tipos humanos, capazes de agir e de se exprimir pela palavra, os trinta caracteres criados por Teofrasto reproduzem alguns traços das personagens fixas da comédia, embora o conjunto de situações em que cada um é retratado tenda a fazer sobressair uma linha de comportamento constante, que visa a demonstração de um traço psicológico específico. A predilecção pelos pequenos problemas ou episódios do quotidiano é um ponto incontroverso de contacto entre os dois autores, bem como a perspicácia linguística que lhes dá expressão.

Alguma coisa, porém, parece segura neste processo de referências incertas ou parcelares. Para além de parentescos inevitáveis com formas da

Carlos de Miguel Mora (coord.), *Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias* (Aveiro 2003) 91-104

tradição literária sua contemporânea, a pequena colecção dos *Caracteres* remete claramente para uma sociedade, da qual selecciona um conjunto de modelos autênticos, colhidos ao vivo no círculo público ou em ambiente privado, e capazes de denunciar, dentro de quadros banais do dia-a-dia, o seu pendor para um certo tipo de comportamento. Os trinta retratos definidos por Teofrasto correspondem a outros tantos ‘vícios’ ou fraquezas humanas. Mas esta avaliação não segue, como nos tratados éticos, critérios moralistas. Não se trata de avaliar um padrão de bem ou de condenar o seu contrário. Mais do que a moral, o que está em causa é a etiqueta social, a deselegância de atitudes na convivência com os outros, e sobretudo o ridículo e inconveniente de certos gestos ou comportamentos.

Subjacente aos trinta modelos está uma estrutura de traves permanentes. Os tipos retratados correspondem a um contexto urbano, são todos masculinos e susceptíveis de representarem o cidadão plenamente actuante na sociedade e na política. Mulheres, metecos ou estrangeiros, como escravos, estão ausentes do catálogo. O universo em que se movem é o da polis ateniense, dentro do qual conquistam o seu lugar de acordo com um critério de *time* adequado aos tempos. Podemos vê-los circular na ágora, nas termas ou no teatro, onde o coração da cidade palpita. Como também os podemos colher no quadro doméstico, na simples movimentação individual ou familiar. Mas para além dos espaços e das actividades que lhes estão consagradas, outros estímulos mobilizam a Atenas do séc. IV e condicionam o padrão de relações humanas que nela vigora. Entre eles figura com relevância o *status* financeiro, o significado do dinheiro para o estabelecimento de uma graduação social, os comportamentos que dita, os sinais exteriores que o denunciam, como a retórica que lhe é própria. Numa sociedade de índole marcadamente burguesa, o *status* depende em boa parte do dinheiro, que representa sucesso ou fracasso nos negócios, generosidade ou mesquinhez no seu uso, prestígio social ou desqualificação, elegância ou novo riquismo. Menandro associou, nas suas peças, a questão convencional do amor com problemas de dinheiro e do concomitante estatuto social, como duas molas em que assenta a dinâmica do quotidiano. E, insurgindo-se contra uma visão fora de moda do que é realmente a ordem universal que rege a vida, proclamava com grande objectividade no seu fragmento 537K: ‘Epicarmo diz que os deuses são os ventos, a chuva, a terra, o sol, o raio e as estrelas. Mas, na minha opinião, a prata e o ouro são os

dois únicos deuses úteis. Instala-os em casa e pede-lhes o que quiseres. Terás tudo, campos, casas, criados, baixela de prata, amigos, bons juizes e testemunhas fiéis. Basta pagares: até os deuses terás ao teu serviço!'. Como não deixa o mesmo dramaturgo de considerar que a mitologia do sucesso na mesma prosperidade financeira é uma característica da vida urbana, onde outros valores mais puros se aniquilam em função deste critério essencial de prestígio e de bem-estar (*Georgos* 77 sqq., *Plokion* fr. 336)¹.

É também visível a constância deste factor em grande parte das cenas que constituem o contexto dos retratos. Ou mesmo a quase exclusividade com que intervém na delineação de diversos tipos humanos - o impudente (VI), o descarado (IX), o mesquinho (X), o eterno descontente (XVII), o desconfiado (XVIII), o forreta (XXII), o gabarola (XXIII) e o explorador (XXX). Todos os caracteres que denotam um certo conforto financeiro não dão sinal de serem de origem aristocrática nem de possuírem uma riqueza tradicional. Mais parecem arrivistas de fresca data, sem tacto nem equilíbrio, incapazes de gerirem os bens que possuem com discrição e generosidade. Tudo indica, no entanto, que têm um estatuto económico relativamente desafogado, de que os escravos, a casa, os terrenos e os bens que possuem são a prova.

Numa cultura onde o prestígio se passou a fazer em boa parte em função do dinheiro, os pergaminhos aristocráticos cederam lugar às actividades lucrativas. Neste sentido, a Atenas do séc. IV assentou a sua economia em certos tipos de negócio de que, numa perspectiva urbana, Teofrasto privilegia o comércio, os empréstimos financeiros e o investimento humano assente na exploração de mão de obra escrava². Muito raramente dá conta de um *flash* da economia rural, como acontece com o caso do mesquinho. Dentro do espírito dos *Caracteres*, esta menção não traz a imagem das potencialidades de rentabilização agrícola, mas tão só aquele zelo excessivo com que o mesquinho actua em todos os seus investimentos (X. 9-10): protege cada azeitona, cada tâmara ou cada figo da gula alheia, não permite o simples cruzar das suas

¹ As citações do texto de Menandro são feitas pela OCT, F. H. Sandbach, *Menandri reliquae selectae* (Oxford 1972).

² Podem ser ilustrativos do que eram os principais meios de rentabilização económica na Atenas do séc. IV a. C. textos como os *Memoráveis* de Xenofonte (3.11.1-4) ou Ésquines (1.105). Uma interessante análise da organização económica da Atenas desta época é produzida por P. Christesen, 'Economic rationalism in fourth-century BC Athens', *G&R* 50. 1 (2003) 31-56.

terras, como revê cada dia a posição dos marcos que definem os limites do seu terreno.

A mesquinhice vigora também no mundo dos negócios, sobretudo naquela abordagem despuorada que não chega a ser desonesta, mas é sem dúvida desagradável, dos compradores. Mesquinho (X. 9) e autoconvencido (XV. 4) actuam de forma semelhante nas vendas, por ambição excessiva de lucros: ou praticam preços demasiado elevados, ou não fazem preço e esperam propostas dos interessados. Nos abusos que também pratica, o explorador (XXX. 12) não poupa nem mesmo os amigos, sempre pronto a espreitar o oportunismo: ‘Se lhe parecer que um amigo comprou fosse o que fosse por bom preço, trata de lho comprar em boas condições, para o voltar a vender’. Mas se a ambição do lucro se traduz na exploração do preço, revela-se também na falta de escrúpulo quanto à qualidade do produto que se põe à venda; o explorador, que é modelo de um oportunismo desenfreado, é aos amigos, por especial deferência, que reserva o vinho a martelo que tem na adega (XXX. 5).

Mais susceptível ainda a processos de legitimidade duvidosa é o mundo dos empréstimos. Sem acentuar propriamente a especulação, Teofrasto caricatura sobretudo o ridículo com que diversos dos seus tipos reagem, com cautelas primárias, à recuperação dos seus investimentos. Assim o mesquinho (X. 2) não tem a elementar paciência de aguardar o tempo próprio do pagamento, o final do mês; antecipa-se na cobrança, corre atrás do devedor mesmo que em nome de uns míseros cinco tostões; se por azar o pobre devedor se atrasa (X. 10), sobrecarrega-o com juros, o que se não deixa de ser legítimo (Demóstenes 30. 27, 33. 6), não era no entanto cordial que se fizesse (Demóstenes 47. 34-40). Como ele, também o desconfiado (XVIII. 9) não descarta a cobrança de uma dívida; a quem lhe compra fiado ele promete uma perseguição sem tréguas. Sempre que possível, no momento de exigir juros de mora, vale-se de testemunhas no temor inerente à sua personalidade de que a palavra dada não seja garantia suficiente (XVIII. 5). Até o estúpido não é insensível a desconfiança idêntica, a da insolvência de uma dívida mal assegurada por simples compromissos verbais. Mas como estúpido que é recorre a testemunhas, não para abonar o incumprimento, antes para a verificação inútil do pagamento (XIV. 8). E o inoportuno (XII. 12)? Esse é também atento à cobrança de dívidas em atraso, para o que escolhe sempre o momento mais desajustado: ‘Quando se faz um sacrifício e há despesas a

pagar, aparece ele a cobrar uns juros'. Por fim o parolo, com aquela desconfiança rústica que é própria de um sujeito pouco familiarizado com negócios (IV. 11): 'Se recebe um pagamento, examina o dinheiro, devolve-o por lhe parecer falso e acaba exigindo que lhe dêem outro'.

Possuir ou negociar com escravos era uma forma de investimento em capital humano. Para além dos riscos inerentes à fuga ou à morte precoce dos servos, os seus proprietários entreviam por essa forma diferentes possibilidades lucrativas: podiam alugar os escravos a outrem, empregá-los eles próprios numa actividade rendosa, ou permitir que os escravos estabelecessem o seu próprio negócio em troca de contrapartidas a estabelecer. É na compra de um escravo que o eterno descontente manifesta a sua invariável insatisfação; mesmo se fez uma boa compra depois de muito marralhar com o vendedor, não deixará de se lamentar (XVII. 6): 'Admirado ficava eu se, por este preço, tivesse comprado uma coisa de jeito!'. A desconfiança e a crueldade são práticas ainda correntes nas relações entre senhor e escravo. O desconfiado (XVIII. 2) vive a perseguir o criado e a vigiá-lo nas tarefas mais comezinhas de que o encarrega: 'Se manda um criado às compras, manda um segundo criado atrás dele, para se informar do preço que ele pagou'. Também o mesquinho não deixa de o penalizar pelo prejuízo, mesmo o mais insignificante, que na simples lida doméstica o escravo provoque (X. 5): panela ou prato que parta, é-lhe descontado na ração.

Os encargos naturais que a manutenção deste tipo de propriedade acarreta, há muito quem os não queira assumir e arranje subterfúgios ridículos e baixos para os alijar. A desfaçatez ajuda e é por isso que o descarado, sem mais aquelas, ao criado que o acompanhou até casa de um amigo onde vai jantar, lhe dá do pão e da carne destinados aos convivas e o incentiva a tirar a barriga de misérias (IX. 3)³. Outros patrões, menos generosos ou hábeis, exploram para além do razoável o trabalho escravo e nem escrúpulo têm, ainda por cima, em lhes desfalcar a ração. Assim procede o explorador em relação ao célebre criado que, em viagem, lhe transporta as bagagens (XXX. 7, 11). Ou mesmo na sua própria casa, se há festa, inclui os gastos com os criados nas despesas a dividir e fica a deitar contas aos rabanetes sobrantes não vá que

³ Ateneu 2. 128 d testemunha a presença dos servos atrás do seu senhor durante os banquetes. Mas se o senhor pretende fazê-los provar de alguma coisa, deve usar de discrição (Marcial 2. 37, 3. 23, 7. 20).

desapareçam da mesa (XXX: 16). Numa escala progressiva de desaforo, esta mesma pérola social tem o descaramento de exigir aos criados a partilha dos proventos que conseguem: ou pelo simples achado ocasional de uns cobrezitos na calçada (XXX. 9); ou por aluguer dos serviços do criado a outrem, enquanto para si próprio utiliza os servos alheios (XXX. 17); ou ainda extorquindo ao escravo que exerce uma profissão autónoma uma renda superior àquela que lhe seria legítimo auferir (XXX. 15).

Diodoro (XVIII. 18. 4, 74. 3) recorda os condicionalismos que, em Atenas depois da ocupação macedónia, estabeleceram entre o poder económico e o exercício de cargos políticos um elo de ligação. Com as disposições estabelecidas pelo regente Antípatro e mais tarde reformuladas por Demétrio de Falero, o acesso aos cargos sofreu no seu sentido mais democrático, porque passou a ser condicionado por um rendimento mínimo exigido ao candidato⁴. Sobre estas decisões, G. Hoffmann⁵ pode concluir com justeza: ‘A fortuna tornou-se um critério de cidadania e, num tal contexto, qualquer fonte de riqueza era entendida como uma cartada social e política’. Mas, apesar de abonado, o explorador não hesita em tirar do exercício de funções públicas um lucro ilícito, para além de profundamente caricato pelas parcelas insignificantes que representa (XXX. 7): ‘Se se ausenta em missão diplomática, por conta do Estado, as ajudas de custo que lhe foram atribuídas deixa-as em casa, para poder pedinchar as dos companheiros de embaixada’. E mais ainda, apropria-se de parte dos presentes oficiais com que a missão diplomática é contemplada; não é a tentação da curiosidade ou o gosto do exótico que o movem, apenas uma ambição mesquinha: ‘exige deles a sua parte e ... vai vendê-la’ (XXX. 7).

Para além dos meios correntes e socialmente aceites de ganhar dinheiro, há aqueles que são ilegítimos, vergonhosos e condenáveis, que exigem da parte de quem não hesita em exercê-los descaramento ou ousadia. Caracterizam-se por uma certa marginalidade, obedecem a iniciativas espontâneas e operam em espaços ou circunstâncias próprias de universos populares ou decadentes. Convém ao tipo do impudente manobrar-se bem nesse contexto. As praças públicas, dada a aglomeração de vítimas potenciais, são espaços adequados

⁴ Cf. L. Casson, ‘The Athenian upper class and New Comedy’, *TAPhA* 106 (1976) 30.

⁵ ‘La richesse et les riches dans les comédies de Ménandre’, *Pallas* 48 (1998) 139.

para este modelo de actuação. Há um espectáculo de saltimbancos e aí salta à liça o impudente a cobrar o dinheiro a cada espectador, sem aceitar recusas mesmo de quem exhibe um livre trânsito (VI. 4). No mercado, insinua-se junto dos vendedores e, depois de lhes ganhar as boas graças, pratica sobre eles uma usura desenfreada (VI. 9). E não hesita em exercer todas aquelas actividades — de estalajadeiro, chulo, cobrador de impostos, arauto ou magarefe — que envergonhariam qualquer cidadão honesto e decente.

Com estas imagens sucessivas se delimita um mundo de prosperidade, que convive de perto com a pobreza e as dificuldades, que são naturais estímulos ao expediente oportunista. Com a transferência para a cidade da população rural como consequência da guerra do Peloponeso, nos finais do séc. V, e o corte que a transferência provocou com o regime de vida anterior, muitas necessidades básicas do dia-a-dia estavam a descoberto. E, para além das distribuições de comida ou das subscrições públicas que o Estado se via obrigado a promover, a sobrevivência de muitos passava pelo recurso ao golpismo e ao expediente. Um dos tipos de Teofrasto é, por excelência, descomedido no recurso aos processos habilidosos, de uma forma que parece, no entanto, injustificada: o descarado. Limitado, nos diversos episódios que lhe compõem o retrato, a uma convivência difícil com a sobrevivência quotidiana, mais por feitio do que por necessidade, nada descuro no sentido de assegurar as pequenas carências por conta alheia. Não hesita, antes de mais, em reincidir nos pedidos de empréstimo de dinheiro, seleccionando para os calotes até a mesma vítima ainda não compensada (IX. 2). Candidata-se a dividir, seja com quem for, qualquer pechincha que apareça (IX. 6). Em contrapartida, desconhece a mais elementar generosidade que se impõe no convívio social. Dia em que lhe toque fazer um sacrifício e repartir com vizinhos e amigos as carnes da vítima, em vez de as partilhar arrecada-as e vai-se fazer convidado em casa de alguém. Aos vizinhos pede emprestados os bens mais insignificantes (IX. 7). Em todos os sítios públicos dá o flanco: ao carnicheiro, em nome de algum favor prestado, fila um naco de carne (IX. 4); se quer ir ao teatro, prontifica-se a comprar bilhetes para um hóspede e pendura-se, ele e a família (IX. 5; cf. atitude semelhante do explorador em XXX. 6). Nas termas, ultrapassa o funcionário, enche ostensivamente o jarro de água e despeja-o pela cabeça abaixo; tomado assim o banho à revelia, sai a rir-se e a gabar-se da habilidade (IX. 8). Não lhe anda muito longe em comportamento o explorador,

que naturalmente não é tanto o que poupa o seu mas o que procura sacar o alheio. Este é o tal que não dá uma prenda seja a quem for, mesmo perante um convite de casamento (XXX. 19), como a quem recebe em casa apresenta a conta (XXX. 3, 18). Nas termas, não se coíbe de usar o perfume do vizinho para poupar o seu (XXX. 8).

Mas o expediente não se confina a este comportamento parasita próprio do descarado e do explorador. A economia excessiva que orienta a vida do mesquinho e do forreta, activa nos gestos mais comezinhos, é também uma forma ridícula de tentar garantir o sustento diário, com real necessidade ou sem ela. Num banquete ou numa festa que organizem, poupam o que podem e deitam contas ao que cada um dos convivas consome (XXII. 4, X. 3, 11). Nos gastos inevitáveis do quotidiano, cortam para além de tudo o que é razoável. Modelo deste padrão, o mesquinho dirige-se ao mercado e regressa de mãos a abanar (X. 12); poupa no sabão do banho, no detergente da roupa, nas despesas com o vestuário e com o calçado (X. 14), sem preservar sequer aquele mínimo de apresentação necessário ao cidadão comum. Esta mesma sovínice de que alguns dos tipos fazem uma regra de vida reflecte-se na sorte daqueles que estão na sua dependência económica, as mulheres da casa e os filhos. O impudente tem o desaforo de matar a mãe à fome (VI. 6). Quanto às esposas, elas estavam, em todos os aspectos, sob o controle dos maridos, a quem competia administrar o dote financeiro que tinham trazido para o casamento. Mas tal liberdade de acção tinha limites; o dote que acompanhava a noiva era entendido como uma garantia de bom tratamento para a mulher na sua nova casa e tinha de ser devolvido se o casamento se dissolvesse. São, por isso, reprováveis as restrições que o forreta impõe à mulher, privando-a de uma escrava que a acompanhe e lhe preste os serviços mínimos do dia-a-dia (XXII. 10). Ou, de modo semelhante, a modéstia de dinheiro que o maledicente acusa alguém de disponibilizar à mulher, uns míseros três soldos, que não dão para comer nem para lhe assegurar o conforto mínimo de um banho quente (XXVIII. 4).

Há mesmo quem se arrepie com as doces consequências de um matrimónio feliz, antes de mais o nascimento de um filho, por avaliar as despesas que daí fatalmente advirão. O eterno descontente, à notícia ditosa do nascimento de um herdeiro, limita-se a comentar: ‘Pois podes acrescentar que o património se me reduziu a metade, que não mentes’ (XVII. 7). Prudente

comentário, que já anuncia os gastos inevitáveis, com as futuras propinas escolares por exemplo, que o explorador tudo faz para reduzir ou não pagar (XXX. 14).

É facilmente defensável que a Atenas do séc. IV, depois de terminada a guerra do Peloponeso, tenha perdido alguns dos seus tradicionais meios de receita ou de sobrevivência. Em primeiro lugar, os impostos cobrados aos aliados cessaram, como terminaram também os proventos que os cidadãos podiam auferir das actividades militares. Logo, foi preciso encontrar outras fontes de receita que assegurassem um certo *status* a um padrão de classe média. Dentro do que sobejou de um espírito de cidadania e de comunidade perante as dificuldades que a guerra e a perda do império trouxeram a Atenas, sentia-se como uma regra de bom tom alguma solidariedade social: que aqueles com maior folga financeira se mobilizassem para ajudar os necessitados, mais do que filantropia, era visto como um princípio elementar de convivência cívica. Destes gestos resulta uma distinção própria de homens livres, que os identifica como verdadeiros cidadãos, na atitude e no comportamento. Esta disponibilidade é de regra no convívio simples e directo entre vizinhos. Recusar o empréstimo dos objectos mais comezinhos da vida de todos os dias – a pitada de sal ou o raminho de salsa ou de coentros – é de uma mesquinhez intolerável (X. 13). No ambiente rural, negar o empréstimo de uma foice ou de um arado é de uma parolice indescritível (IV. 11). Mas mal ficam também ao desconfiado as reticências ou cautelas que toma quando se vê compelido a emprestar a baixela, mesmo se apenas a amigos e parentes: ‘Só falta marcar a peça a fogo, pesá-la e pedir uma caução ou coisa que o valha’.

Para além destas restrições a uma liberalidade de bom tom e de bom convívio com os mais próximos, Teofrasto refere com frequência as subscrições, naturalmente promovidas, como gestos de boa vontade, por cidadãos particulares e destinadas a ajudar alguém em dificuldades num tempo em que um sistema de segurança social era ainda inexistente. A compreensão que este tipo de movimento colectivo merece deixa frios ou põe em fuga aqueles que têm com o dinheiro um relacionamento reprovável. O maledicente dá, mas fica a resmungar (XV. 7): ‘Dinheiro deitado ao lixo!’ O forreta escapa-se na hora da recolha dos donativos (XXII. 3. 9) e nem mesmo a uma colecta em favor do

professor dos filhos, em tempo de festa das Musas, ele corresponde (XXII. 6)⁶. O eterno descontente nem sequer se alegra quando, sem ter de contribuir, é ele o beneficiário. Recebe o dinheiro recolhido e as palavras de estímulo, mas não evita o desagradável queixume: ‘Tenho de reembolsar toda a gente e ainda lhes fico a dever favores, como se tivesse recebido algum benefício’ (XVII. 9).

Maior impacto tem um outro modelo de contributos públicos superiormente organizados. Muitas vezes o Estado, para cumprir as obrigações de organização de serviços sociais, passava despesas de rotina para a alçada dos cidadãos distintos. Destes encargos ou liturgias, eram sobretudo frequentes a trierarquia, ou equipamento e manutenção de um navio, e a coregia, ou a assunção de despesas correspondentes à organização de um festival. No passado, um cidadão rico achava-se honrado por um destes encargos, que lhe trazia o reconhecimento e a vénia colectiva. Mas nos novos dias que a Atenas do séc. IV experimentava, um sentimento cívico mais limitado, onde o individualismo sobressaía, deixava renitentes ou queixosos aqueles a quem tais incumbências eram propostas. Teofrasto retrata esta nova feição do cidadão estreito de vistas, apesar de abonado. O forreta (XXII. 2), se se vê forçado a suportar as despesas de uma coregia, poupa ao menos nas honras ... devidas a si próprio como corega: ‘Consagra a Dioniso uma simples tabuleta de madeira, onde não gravou mais do que o seu nome’. Também Aristóteles, na *Ética a Nicómaco* 1123a 27-31, acentua este tipo de atitude como própria de um sujeito de vistas curtas que, depois de fazer grandes despesas, não tira delas mérito compatível por simples mesquinharia. Mais grave é o caso do ditador, que tem pretensões em relação à vida política. E, no entanto, olha as liturgias como uma praga, que não traz a quem se vê, em função das posses que detém, forçado a colaborar compensação suficiente (XXVI. 5-6).

Se a pouca generosidade de uns lhes compromete o direito à homenagem pública legitimada pela utilidade, outros nada poupam no sentido de evidenciar bem-estar económico. Justificado ou não pelas reais condições financeiras, o exibicionismo é uma tática deturpada de se impor à atenção colectiva. Roupas de qualidade, criadagem abundante e com boa apresentação, casa faustosa e bem mobilada, gostos exóticos são os sinais exteriores de riqueza mais comuns. Usam e abusam deles todos os que, com razão ou sem

⁶ As Musas protegiam o saber, as artes, e portanto as escolas. Logo a festa que as homenageava fazia-se com o contributo dos pais dos alunos. Cf. Ésquines, *Contra Timarco* 10.

ela, se empenham em expor riqueza e bem-estar. Tais atitudes são antes de mais apanágio do gabarola, que é aquele que apregoa uma fortuna que não tem e faz das falsas aparências uma regra de vida. Começa por alardear grandes negócios no mar, onde se ganham fortunas sólidas e abundantes (XXIII. 2), apesar dos riscos envolvidos. Amontoa números impressionantes correspondentes a generosos donativos que teria disponibilizado (XXIII. 5, 6). Finge fazer compras que nunca consoma (XXIII. 7, 8), como se afirma senhor de uma conta bancária abonada que realmente não possui (XXIII. 2) e da casa que habita mas que lhe não pertence (XXIII. 9). Com ele juntam-se o complacente (V) e o pedante (XXI), também artistas em simular uma imagem de prosperidade. Na rua circulam com rasgos de grandes senhores. O pedante caminha em companhia de um exótico escravo etíope, artigo de importação (XXI), e faz em público os seus pagamentos com ostentação, servindo-se de cunhagens novas e reluzentes (XXI. 5). Por seu lado, o complacente é visto a circular na ágora, na zona dos bancos, procurando convivência com a gente rica que os frequenta, a cuja classe finge pertencer (V. 7). A ambos é comum o gosto pelo luxo e pelos objectos raros. O pedante acumula-os e exhibe-os como seus, na própria casa (XXI. 6): ‘Tem em casa um gaio de estimação: é menino para lhe comprar um poleirinho, fazer-lhe um escudozinho de bronze, para a ave saltitar no poleirinho bem equipada’. O complacente faz do mesmo exotismo exibição exterior; para si não compra nada, mas presenteia pomposamente os amigos estrangeiros com os melhores produtos gregos, sem deixar, claro está, de apregoar aos quatro ventos a generosidade (V. 8). A sua casa é uma colecção de luxos caros – macacos, chimpanzés, pombos da Sicília, dados de osso de gazela, léцитos de Túrios, bengalas da Lacónia, reposteiros orientais, e mesmo um ginásio ou um ringue de boxe. Mas de todo esse requinte não tira uma vantagem de gozo pessoal; a grande compensação advém-lhe da exibição pública de tal riqueza e aparato. Para o seu museu de preciosidades e recintos desportivos privados convida a cidade inteira e toma até precauções de sentido evidente: ‘A essas sessões, ele tem o cuidado de chegar tarde, para os espectadores cochicharem uns com os outros que ele é o proprietário do ginásio’ (V. 8-9).

Por fim, uma última forma de registo evidencia nos *Caracteres* a importância com que o dinheiro se impôs na mentalidade contemporânea. Já não se trata apenas de comportamentos, mas de ditos ou de palavras onde o

dinheiro, com mais ou menos oportunidade, é uma preocupação visível e comum. O comentário feito aos preços dos artigos correntes canaliza a atenção geral para a eterna questão da sobrevivência. Na boca do tagarela, a observação de que ‘o grão, na praça, está pelo preço da chuva’ (III. 3) é uma simples consequência do seu linguajar gratuito e insensato, dentro de um fluxo de comentários interminável e caótico. Mas o parolo que inquirir sobre o preço dos produtos mais vulgares (IV. 12) é sobretudo o modelo do sujeito provinciano, anti-cidadino, que não oculta uma marginalidade incorrigível sobre as mais elementares vivências urbanas.

Para além dos preços, que correspondem à lógica real e concreta da vida, são falantes os comentários com que se saúdam situações inesperadas ou meramente ocasionais. O eterno descontente que, por sorte, encontrou uma bolsa no chão, mesmo assim comenta: ‘Tesouros, isso sim, é coisa que nunca encontrei na vida!’ (XVII. 5). Em fim de linha vem o estúpido, cujo raciocínio inconsequente lhe traz à boca a menção do dinheiro mesmo se totalmente a despropósito (XIV. 13); perguntem-lhe se tem ideia de quantos funerais houve nos últimos tempos e ele responde: ‘Só os queria em dinheiro, para mim e para ti!’. A fórmula proverbial com que se deseja fortuna pronuncia-a ele ... com uma mortal falta de propriedade, viciado que está por este raciocínio inconsequente.

Em conclusão, o dinheiro gravita, na Atenas do séc. IV, como uma mola vital das relações sociais. Usá-lo bem ou mal, exhibir-lhe a falta ou as vantagens são factores que definem o *status* do indivíduo. Dessa realidade, Teofrasto lê e traduz, com uma ironia que lhe é muito própria, o lado caricato e ridículo. Em muitos casos, expondo mais do que reacções suas contemporâneas, quadros do eterno e atemporal comportamento humano.

* * * * *

Abstract: Leaving aside all the ambiguities pertaining to the relationship of Theophrastus's *Characters* with other conventional models in Greek literature, they are beyond all doubt related to 4th century B.C. Athenian society, thus portraying the behaviour and attitudes of some characteristic human types. Bearing in mind the importance of money within the life of the social community of the time we will seek to pin down expressive flashes in most of the thirty portraits that make up Theophrastus's catalogue: relevance of financial status, forms of acquiring economic benefits, the meaning of money in establishing social distinction, the behaviours it determines, the external signs that give it away, the rhetoric it encompasses. From the large repertory of money references the evolution undergone by Athens, upon which years of war and crisis had imposed a more individualistic and pragmatic lifestyle, becomes evident.

Keywords: Theophrastus; *Characters*; money; 4th century B.C. Athens; ethics; comedy.

Resumen: Además de todas las ambigüedades en la relación de los *Caracteres* de Teofrasto con otros modelos convencionales en la literatura griega, está clara su vinculación con la sociedad ateniense del s. IV a. C., de la que reflejan tipos humanos con las actitudes y comportamientos que les son propios. Desde la perspectiva de la importancia del dinero en la vida de la comunidad social de esta época intentaremos evaluar destellos expresivos en la mayoría de los treinta retratos que componen el catálogo de Teofrasto: relevancia de la posición financiera, formas de adquisición de dividendos, el significado del dinero para el establecimiento de una graduación social, los comportamientos que dicta, las señales externas que lo denuncian, la retórica que le es propia. Del conjunto abundante de referencias al vil metal queda clara la evolución sufrida por una Atenas a la que años de guerra y crisis habían dictado un modelo de vida más individual y con un sentido innegablemente pragmático.

Palabras clave: Teofrasto; *Caracteres*; dinero; Atenas s. IV a. C.; ética; comedia.

Résumé: Outre toutes les ambiguïtés en ce qui concerne la relation entre les *Caracteres* de Théophraste et d'autres modèles conventionnels de la littérature grecque, sa liaison avec la société athénienne du IV^e siècle avant J.C. est évidente, puisque des types humains dont la spécificité des attitudes et des comportements en constituent le reflet. Partant de la perspective de l'importance de l'argent dans la vie de la communauté sociale de cette époque, nous chercherons à évaluer les dispositifs expressifs de la plupart des trente portraits qui composent le catalogue de Théophraste : l'importance du statut financier, les formes d'obtention d'avantages économiques, la valeur de l'argent dans l'établissement d'une hiérarchisation sociale, les comportements qu'il conditionne, les signaux extérieurs qui le dénoncent, la rhétorique qui lui est spécifique. Par le vaste nombre de références au vil métal, l'évolution à laquelle fut soumise une Athènes, que des années de guerre et de

crise avaient contrainte à un modèle de vie plus individualiste et incontestablement plus pragmatique, se fait claire.

Mots-clé: Théophraste; *Caracteres*; argent; Athènes IV^e siècle avant J. C.; éthique; comédie.

Resumo: Para além de todas as ambiguidades no relacionamento dos *Caracteres* de Teofrasto com outros modelos convencionais na literatura grega, é clara a sua interligação com a sociedade ateniense do séc. IV a. C., de que espelham tipos humanos com as atitudes e comportamentos que lhes são próprios. É na perspectiva da importância do dinheiro na vida da comunidade social desta época que procuraremos avaliar flashes expressivos na maioria dos trinta retratos que compõem o catálogo de Teofrasto: relevância do status financeiro, formas de aquisição de proventos económicos, o significado do dinheiro para o estabelecimento de uma graduação social, os comportamentos que dita, os sinais exteriores que o denunciam, a retórica que lhe é própria. Do conjunto abundante de referências ao vil metal, torna-se clara a evolução sofrida por uma Atenas a que anos de guerra e de crise tinham ditado um modelo de vida mais individualista e de sentido inegavelmente pragmático.

Palavras-chave: Teofrasto; *Caracteres*; dinheiro; Atenas séc. IV a. C.; ética; comédia.